

## Atuação combativa e prestação de serviço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, PR, Brasil

### Actuación combativa y la prestación de servicios del Sindicato de los Trabajadores Rurales de Francisco Beltrão, PR, Brasil

### Combative Performance and Service Provision of the Rural Workers Union of Francisco Beltrão, PR, Brazil

**Eder Ribeiro Borba**

eder.rb@hotmail.com

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, PR*

**João Edmilson Fabrini**

fabrini2@hotmail.com

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Campo Mourão, PR*

**Resumo:** O presente artigo aborda a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão desde 1963, quando da sua fundação, até o ano de 2017. A partir de sua fundação a atuação do Sindicato obedeceu a uma lógica estatal de prestação de serviços. Mas, em 1978, um grupo de oposição venceu a eleição sindical e mudou o foco, direcionando o sindicato para uma atuação combativa e classista, tais como luta pela terra, previdência rural, crédito, dentre outras.

**Palavras-chave:** sindicato, prestação de serviços, atuação combativa.

**Resumen:** El presente artículo aborda la actuación del Sindicato de los Trabajadores Rurales de Francisco Beltrão, considerando el período de 1963, cuando de suya fundación, a 2017. Desde su fundación en 1963, la actuación del Sindicato siguió una lógica de Estado para la prestación de servicios. Sin embargo, en 1978 un grupo de la oposición ganó la elección y cambió el enfoque, levando el Sindicato a hacer una acción combativa y clasista, caracterizada por: la lucha por la tierra, la seguridad social rural, el crédito, entre otros.

**Palabras clave:** sindicato, prestación de servicios, actuación combativa.

**Abstract:** This article deals with the work of the Union of Rural Workers of Francisco Beltrão, taking into account the period from 1963, when it was created, until 2017. From the foundation, the Syndicate's performance obeyed a state logic of service provision. However, in 1978, an opposition group won the union election and shifted the focus, directing the union to combative and classist action, such as fighting for land, rural forestry, credit, among others.

**Keywords:** Syndicate, service provision, combative performance.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo identificar e analisar a prestação de serviços, bem como a atuação combativa relacionada à organização da classe trabalhadora realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão, no sudoeste do estado do Paraná.

A atuação do STR de Francisco Beltrão, bem como dos sindicatos em geral, está relacionada à estrutura de classe do modo capitalista de produção. A organização sindical dos trabalhadores, surgida inicialmente nas cidades, se expandiu para o meio rural, motivada principalmente pela atuação do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Portanto, a organização sindical no meio rural foi guiada a partir do modelo de sindicalismo urbano/industrial, principalmente.

A formação da estrutura de classe do capitalismo no Brasil iniciou com a instituição da escravidão e posteriormente com a migração de europeus, quando houve a transformação da mão-de-obra escrava em força de trabalho, pois “somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha condição efetiva de mercadoria” (IANNI, 1972, p. 14). Porém a consolidação da classe trabalhadora operária no Brasil ocorre após o processo de industrialização implantado a partir de 1930, durante o governo Vargas. As políticas desenvolvimentistas adotadas então tinham por objetivo a construção de um país moderno e interferiram diretamente na composição e relação de classes sociais. Assim, consolidaram-se neste contexto, a classe operária e a classe capitalista, que ficou mais evidente nas indústrias, opondo o patrão, dono do capital e dos meios de produção, e o proletariado, os que vendem sua força de trabalho. A partir dos pressupostos marxistas seriam os trabalhadores, por meio de um processo centralizado de organização nas indústrias, que travariam lutas nacionais de classes, rompendo a exploração e a estrutura produtiva do modo capitalista de produção.

Mas no campo não havia essa clareza na classificação social a partir da apropriação dos meios de produção, embora se verifique a existência de classes formada, de um lado, pelos proprietários das terras, e de outro, pelos despossuídos da terra que se obrigam a vender sua força de trabalho, como assalariados rurais. No campo, sob o modo de produção capitalista, existe a classe camponesa, que possui meios de produção, como terra e ferramentas, cuja produção é realizada a partir da força de trabalho da família e não pelo assalariamento. Nesse contexto, os estudos de Oliveira (1991) e Martins (1977) apontam o nexos contraditório e desigual das relações capitalistas de produção, o que permite fundamentar a compreensão das classes sociais existentes no campo.

As lutas camponesas estão geralmente vinculadas aos movimentos sociais, e não necessariamente aos sindicatos de trabalhadores. São exemplares de lutas camponesas no Brasil a Guerra de Canudos (Bahia), Contestado (Paraná e Santa Catarina), Ligas Camponesas (Nordeste), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) nos dias atuais, dentre outras.

A organização sindical no campo brasileiro, inspirada no modelo urbano, teve importante impulso a partir da aprovação em 1963, no governo de João Goulart, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), o qual possibilitou a expansão do sindicalismo rural no Brasil.

No contexto de aprovação do ETR, se expandiu o sindicalismo rural atrelado ao Estado, embora desde o governo Vargas já houvesse o vínculo entre sindicato e Estado, principalmente sindicatos de categorias urbano-industrial. O baixo número de sindicatos no campo antes da década de 1960 era reflexo da lei existente publicada no governo Vargas (Decreto nº 19770, 19.03.1931), que previa a regulação da sindicalização das classes patronais e operárias (sindicatos urbanos) e não contemplava em sua abrangência as categorias de trabalhadores no meio rural.

A expansão do sindicalismo no campo atendeu o objetivo inicial proposto, que era o amortecimento das organizações dos movimentos de resistência e as lutas da classe trabalhadora. Cabia aos dirigentes sindicais representar os trabalhadores por meios legais, respeitando o ETR.

### **FUNDAÇÃO, ATRELAMENTO AO ESTADO E OPOSIÇÕES NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO**

A fundação do STR de Francisco Beltrão está inserida no contexto de sindicalização de trabalhadores rurais no início da década de 1960, período no qual a população era predominantemente rural e o município havia se emancipado há pouco mais de 10 anos (em 1951), com economia baseada na extração da madeira e agricultura. Sua colonização foi fomentada pelo governo federal, que incentivou a vinda de migrantes, principalmente gaúchos e catarinenses, para o Sudoeste do Paraná.

A criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) em 12 de maio de 1943, durante o governo Vargas, atraiu muitos catarinenses e gaúchos em busca de terras férteis e novas oportunidades. A CANGO assentava os agricultores concedendo-lhes terra, ferramentas, sementes, orientação técnica, educação e assistência médica. Nesse contexto formou-se um grande contingente de posseiros que não receberam documento da terra, fato este, que se desdobraria mais tarde, com a chegada da CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.), na Revolta dos Posseiros em 1957. A vitória dos posseiros marcou a história do município e região, garantindo a permanência das famílias posseiras e deixando um legado de luta, resistência e conquista.

Criado em 1963, com objetivo de organizar e defender os interesses dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, a fundação do Sindicato ocorreu no marco da lógica imposta pelo Estado, obedecendo a formalidade e subordinado as regras impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Acrescenta-se que a legalidade e o controle exercidos pelo Estado, sobretudo depois de 1964, com a ditadura militar, inibia as manifestações mais combativas relativas à luta de classes como, por exemplo, a desigualdade social e concentração de terras.

O conformismo com essa concepção de atuação do sindicato gerou inquietação em alguns grupos de filiados vinculados à ala progressista da Igreja Católica, sobretudo pertencentes às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), à ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e partidos

políticos como o então MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Estes debatiam o papel do sindicalismo e levantavam a bandeira de um sindicato autêntico, de luta e defesa dos direitos dos agricultores e a favor da reforma agrária. Os filiados ao sindicato e vinculados a essas organizações passaram a fazer questionamentos frente a questões agrárias e sociais, vindo a se tornar oposição à diretoria de então.

Na eleição da diretoria do sindicato, em 1975, o grupo formado de oposição não logrou êxito. Apenas na eleição seguinte, em 1978, esse grupo de oposição venceu e passou a atuar de modo mais combativo, inclusive questionando o sindicalismo atrelado ao Estado. Observa-se que a formação de grupos de oposição não ocorreu somente no STR de Francisco Beltrão, mas praticamente em todo o Estado do Paraná e do Brasil.

Mais tarde, com o fim da ditadura militar, a criação da CUT e a eleição da diretoria de oposição sindical, esse sindicato passou a ter uma atuação mais combativa e classista, em contraponto à atuação para prestação de serviços das diretorias anteriores. A perspectiva da atuação sindical das oposições permitiu posteriormente, a criação da FETRAF-Brasil (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil) com a participação importante do STR de Francisco Beltrão. A nova direção do sindicato, embora tenha imprimido um ritmo mais combativo e classista às lutas, não abandonou a prestação de serviços. Entretanto, a direção do sindicato passou a priorizar a organização dos agricultores, incentivando a participação em mobilizações em favor do acesso à terra, previdência rural, melhores preço para os produtos agropecuários, direitos, infraestrutura de produção, educação, crédito rural, dentre outros.

A luta pela terra liderada pelo STR de Francisco Beltrão na região motivou a criação em 1982 do MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná), que organizou a ocupação de vários latifúndios na região sudoeste do Paraná e resultou na conquista da terra por muitas famílias.

A ampliação da participação do sindicato em outras esferas de luta permitiu o alargamento das reivindicações da classe de trabalhadores rurais e camponeses. O fato de o sindicato fazer parte dos debates da Constituinte no período de 1986 a 1988, colocou na pauta de reivindicações as conquistas previdenciárias, como foi o caso da luta ao direito de 'segurado especial' para os agricultores na previdência social previsto na Constituição de 1988. No entanto, após o golpe institucional que destituiu do poder a Presidente Dilma Rousseff, essa conquista está seriamente ameaçada com a proposta de Reforma da Previdência do governo Temer.

Se a década de 1960 iniciou com uma população predominantemente rural no município de Francisco Beltrão, ultrapassando os 90% do total, em 2010 os números se inverteram, com apenas 15% de população rural (Tab. 1). Estes números estão relacionados com a modernização da agricultura ocorrida a partir da década de 1960, o que provocou a saída de população do campo em Francisco Beltrão, como de resto em todo o Brasil.

Tabela 1: População urbana e rural do município de Francisco Beltrão PR – 1960-2010

Ano	Total	Urbana		Rural	
		População	%	População	%
-	-				
1960	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
1970	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
1980	48.762	28.289	58,01	20.473	41,99
1991	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
2000	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32
2010	78.957	67.456	85,43	11.501	14,57

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme a Ata nº 01 da reunião de fundação do Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão (STR), de 23 de junho de 1963, com a participação de 468 pessoas foi eleita a primeira direção (STR, 1963, p.1).

No início da atuação do STR, além da preocupação com infraestrutura da sede, na pauta política do sindicato constava o debate sobre os problemas agrícolas imediatos pertinentes aos agricultores:

Foi decidido que cada delegado, trazer a relação das queixas dos sócios e prejuízos causados por falta de veterinário (...) foi resolvido se informar sobre o preço do sulfato e milho híbrido (...) foi falado do trigo e moinheiro, para um dia conseguir um moinho em Francisco Beltrão, por conta do sindicato dos pequenos proprietários Rurais (...) foi falado de aproveitar do caminhão da Paróquia a trazer mercadorias de mais necessidades para os sindicalizados, como sal, querosene, açúcar, arame, pregos (STR, 1963/1964, p. 5-12).

A partir da citação verifica-se a discussão sobre as novas tecnologias na agricultura, o que indica a necessidade de mudar a forma de pensar dos agricultores, quando se intensificou ali um processo de dependência e mercantilização da terra e produtos agrícolas. Não se observa contraposições e crítica em relação à dependência e subordinação as tecnologias, mas sim a defesa da incorporação dos pequenos agricultores à essa dinâmica produtiva. O ETR, que havia sido criado nesse mesmo ano, tinha exatamente esta finalidade: tornar o sindicato um instrumento de prestação de serviços subordinado ao Estado, sem contraposições e sem ameaças a classe dominante do campo. Um bom Sindicato deveria cumprir a legalidade e não contrariar as leis.

Um exemplo de preocupação do sindicato com a prestação de serviços, logo no início de sua fundação, é a intermediação do frete de mercadorias (querosene, sal, etc.), um dos primeiros serviços prestados pelo sindicato aos seus associados. Logo em seguida, no ano de 1964, dentistas passaram a oferecer atendimento odontológico na sede do sindicato.

O papel de prestador de serviços foi intensificado depois do golpe de 1964, com a nova política agrária do governo ditador. Os sindicatos combativos que ousavam fazer



o enfrentamento com a classe dominante do campo, no que se refere a disputa por terra, eram perseguidos e liquidados por militares. Dessa forma, os serviços assistenciais foram crescendo no interior do sindicato, enquanto a atuação combativa ficou de lado.

Neste primeiro momento, além da prestação de serviços, discutiam-se questões na ordem produtiva, conforme registrado em ata: “foi decidido estabelecer uma cooperativa agrícola da classe dos sindicalizados para assegurar preços mínimos justos e razoáveis para todos os produtores agrícolas, principalmente o trigo e o feijão” (STR, 1964, p. 15). Mas, verifica-se que a discussão estava focada apenas na produção e preços dos produtos agrícolas e não se observa uma discussão sobre lutas estruturantes da classe trabalhadora do campo.

A direção seguia as orientações propostas pela federação, a qual também era subordinada ao Estado. Em 1966, um dos serviços instalados que perdurou por longo período e ocupou grande parte da atenção dos dirigentes, foi um posto veterinário instalado no município com recursos repassados pela FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná), que comercializa produtos e serviços veterinários. Para os associados sem condições de pagamento a vista, a direção decidiu “instalar no sindicato, uma sessão de crédito, por meio de um empréstimo do valor dos produtos, perante uma nota promissória” (STR, 1966, p. 44). Em uma das reuniões do sindicato se deliberou em “dar uma gratificação de 5% aos delegados sobre a venda de remédios efetuada por eles” (STR, 1967, p. 50). Existia no sindicato uma organização em núcleo de base, em que coordenação estava sob a responsabilidade de um delegado sindical. O delegado sindical que tinha a função de levar as informações do sindicato ao seu núcleo de base acabava sendo revendedor dos produtos veterinários comercializados pelo sindicato e não um agente multiplicador da luta, o que seria sua função.

Em 1968 foi celebrado um convênio entre o sindicato e a Previdência Social (convênios com hospitais), o que indica que o sindicato seria um ‘braço’ do governo na assistência médica, consolidando dessa forma o perfil de prestador de serviços.

Foi resolvido estabelecer um escritório nos seguintes municípios: Dois Vizinhos, Salto do Lontra e Enéas Marques, uma vez que começa funcionar a assistência médica (...) foi feito convênio com todos os hospitais para assistência médica aos agricultores (STR, 1968, p. 61-62).

Na perspectiva de tornar o sindicato cada vez mais assistencial, em 1971, o governo sancionou a lei complementar nº 11, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, executado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, que era subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (BRASIL, Lei complementar nº 11, 1971). Nesse sentido, o sindicato ampliou ainda mais a prestação de serviços, tais como aposentadoria, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e serviço social. Conseqüentemente atraiu muitos associados e a arrecadação financeira do sindicato se fortaleceu, vislumbrando até a construção de um hospital: “na delegacia de Salgado Filho está sendo construído um hospital pelo FUNRURAL, para maior atendimento

e assistência aos associados” (STR, 1971, p. 89). O hospital, inaugurado em junho de 1974, ficou conhecido como ‘Hospital do Funrural’.

Constata-se a existência de um sindicato assistencialista e não combativo, com a direção administrando os serviços prestados e discutindo estratégias de cobrança do imposto sindical. O Estatuto do Trabalhador previa que o sindicato que seguisse a legalidade e formalidade proposta pelo MTE, poderia efetuar em sua base de atuação, a cobrança do referido imposto dos membros de sua categoria. Em Francisco Beltrão o sindicato passou a efetuar a cobrança em 1966. A partir daí a direção gastava praticamente todo o tempo das reuniões para discutir a forma mais adequada de cobrança e quais estratégias poderiam garantir mais eficiência na arrecadação de dinheiro derivado da cobrança do imposto sindical, conforme se verifica na citação da Ata a seguir.

Nomear delegados de confiança para recolher guias de imposto sindical fora do município. Estes terão direito a uma gratificação de 4%. Os membros da diretoria do sindicato, para este trabalho, terão direito de um salário mínimo livre (...) o tesoureiro trabalhará no sindicato para empregar o dinheiro do imposto sindical (assistência hospitalar, dentária, médica...) sugestões apresentadas ficaram todas elas vagas, por não se saber qual seria o valor a ser arrecadado (...) o presidente falou da viagem que fez aos municípios de Dois Vizinhos, Salgado Filho, Salto do Lontra e Enéas Marques. Finalidade de falar com os prefeitos sobre o recolhimento do imposto sindical na sede dos municípios, os prefeitos aceitaram e ficarão com uma gratificação (...) comunicamos, outrossim, que segundo informações recebidas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, virão para esta região, uma equipe de fiscais da Federação para fiscalização da arrecadação do imposto sindical (setor rural) (STR, 1966, p. 34-38).

Verifica-se ainda, a partir da Ata do STR, a importância dispensada pela diretoria à arrecadação desse imposto, que passou a ser prioridade para o sindicato, bem como para a FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná) que acompanhava rigorosamente as entradas e percentuais que lhe cabiam. A atuação do STR de Francisco Beltrão tornou-se referência nesse assunto, sendo o presidente do sindicato chamado em outros municípios (base de atuação do sindicato de Francisco Beltrão) para discutir estratégias de arrecadação do imposto sindical e efetivar parcerias com as prefeituras, que ficavam com uma fatia dos impostos recolhidos. Assim, delegados sindicais, diretores, administrações municipais, todos tinham algum benefício com o recolhimento do referido imposto. Quanto aos agricultores, cabia-lhes o pagamento da contribuição sindical, que ‘convencidos’ da obrigatoriedade, recebiam alguns benefícios de políticas públicas negados pelo Estado.

A garantia do recebimento do imposto pareceu acomodar os diretores do sindicato, pois nas atas do sindicato, até 1975, não se observa empenho na organização dos agricultores e lutas por mudanças estruturais ou por direitos. As reivindicações eram feitas por meio de correspondências aos governos, enviando-lhe ofícios; evitando conflitos na solução dos problemas dos agricultores.

O presidente afirma que vai mandar ofícios aos deputados e governo, para isentar os agricultores do pagamento de impostos sobre a venda de seus produtos (...) decidido mandar ofícios a vários deputados para ver se conseguimos uma indenização pela chuva de granizo que assolou a região (...) escrever uma carta ao Presidente da República para prever o local onde deve ir o pessoal daqui que está sobrando, não tendo terra e nem emprego por falta de fábricas, indústrias (STR, 1964/1968, p. 20-60).

Uma questão interessante levantada nas reuniões do sindicato era a preocupação com o “pessoal que está sobrando, sem-terra e sem emprego”. De fato, a região Sudoeste do Paraná, assim como em todo Brasil, necessitava de Reforma Agrária. Mas essa questão era tratada pelo sindicato na esfera da legalidade, quando se esperaria soluções por meio da aplicação do Estatuto da Terra, já sancionado, contudo sem funcionamento.

Em meados da década de 1970, as reuniões da direção resumiam-se na discussão de contratação de médicos, dentistas, discussão sobre o Programa Especial de Bolsa de Estudos (PEBE), cobrança do imposto sindical, ambulatórios, venda dos produtos veterinários e sementes selecionadas, dentre outros temas dessa natureza assistencial e prestadora de serviço.

É importante destacar que nesse período os órgãos públicos não prestavam atendimento à saúde, como afirma Justino Rafagnin, ex-diretor na década de 1990: “os primeiros médicos contratados pela prefeitura de Francisco Beltrão ocorreu somente em 1980”, sendo que toda a responsabilidade pela assistência médica rural era do sindicato. O ex-diretor acrescenta que “isso contribuía para que as eleições sindicais fossem mais concorridas que das prefeituras em que o presidente do sindicato era uma das principais autoridades do município”.

O primeiro presidente eleito ainda em 1963 permaneceu no cargo até 1975, quando renunciou alegando problemas de saúde. Neste sentido, Daniel Meurer, um dos líderes do grupo de oposição da época e primeiro presidente da ASSESOAR, afirma que foi preciso “combater o sindicalismo pelego e transformá-lo em autêntico e de luta”. Daniel Meurer recorda a valorosa contribuição da religiosa francesa ‘Paulet’, detentora de uma visão de sindicalismo combativo, que “veio pra região em 1972 e preparou a gente. Embora que foi perseguida (*sic*) e teve que voltar às pressas, deixou uma semente, a de luta e resistência”.

Em 1975, apesar da ditadura militar, emergiu um grupo de oposição no sindicato de Francisco Beltrão. O grupo organizou um chapa para disputar a direção nas eleições em 1975, mas não foi vencedora. Um dos motivos da não eleição da chapa foi fato de “uma ala poderosa da cidade ser contrária ao trabalho da ASSESOAR e que protegia o presidente reeleito”. A vitória da oposição aconteceu somente na eleição de 1978, mas “o principal líder do grupo de oposição, o Sr. Juvino Flaport, não conseguiu ser presidente, por causa da perseguição dos militares” (MEURER, 2016).

O grupo de oposição vencedor da eleição assumiu o sindicato e investiu na formação de base, criando uma escola sindical, que formou inúmeras lideranças com espírito de luta em busca de justiça e igualdade. Tratou o sindicato como ferramenta de luta da classe trabalhadora, com capacidade de organizar os agricultores, visitando as comunidades rurais com frequência, ouvindo os principais problemas, debatendo soluções para resolvê-los na



legalidade ou, se preciso fosse, no enfrentamento, como o caso das ocupações de terras organizadas pelo MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná), com grande apoio do sindicato.

Na primeira reunião realizada por esta nova direção, o presidente Sr. Olívio Bianco, que substituiu Juvino Flaport, “lamentou a condição em que a antiga direção deixou o sindicato” (STR, 1978, p. 1). Uma das primeiras medidas da diretoria foi a valorização da atuação no setor educacional e a realização de reuniões itinerantes, nas casas dos diretores e filiados ao sindicato, dando dinamismo às reuniões.

Quanto a prestação de serviços, houve a sua continuidade com menor intensidade, o que gerou dificuldades para a diretoria pela queda drástica no número de associados - aproximadamente 80% deles deixaram de contribuir pelo fato de diminuir a prestação de serviços no interior do sindicato. (RAFAGNIN, 2015). Os números só voltaram a subir na década de 1990, quando o sindicato passou a oferecer serviços previdenciários, fruto da luta durante a Constituinte, entre 1986 e 1988. A tabela 2 apresenta um comparativo dos associados do sindicato de Francisco Beltrão, considerando desde a fundação até o ano de 1994:

Tabela 2: Comparação do número de associados do STR de Francisco Beltrão (1963 – 1994).

Período	Associados
1963 a 1978	6.000
1978 a 1981	1.600
1981 a 1987	650
1987 a 1990	500
1990 a 1993	400
1994	1.000

Fonte: STR, 1994, p. 66-67.

Identificada a preocupação dos diretores em tornar o sindicato uma ferramenta de luta da classe trabalhadora, foi necessário convencer os associados dessa importância. Em uma fala do então presidente do sindicato, Olívio Bianco, registrada em ata, ele afirma:

A maioria dos sindicatos, ou seja, os diretores estão de braços cruzados aceitando tudo aquilo que o governo impõe, o sindicato deveria defender a classe à qual pertence lutar para eliminar a desunião dos pequenos trabalhadores, fazer reuniões no interior e esclarecer aos associados dos seus direitos e deveres (...) o carro teria por principal objetivo fazer reuniões no interior, fazer com que o associado participe mais do sindicato (STR, 1979, p. 9).

As palavras ditas pelo então presidente foram ouvidas com atenção pelos diretores que apoiaram a nova forma de atuação. “Todos os membros da diretoria deram seu apoio

para a continuação, pois assim os companheiros da nossa classe podem ter melhores condições de expor seus problemas e tentar com eles uma solução” (STR, 1979, p. 11).

O ‘preço’ pago por essa direção de oposição pela priorização à atuação combativa, ao invés da prestação de serviços, foi caro, pois a maioria dos associados não compreendeu a nova proposta, deixando de contribuir financeiramente. Os reflexos nas finanças foram imediatos, dificultando as atividades sindicais e manutenção da infraestrutura, mas isso não foi motivo para amortecer o trabalho de sindicato ‘autêntico, segundo os diretores’. Pelo contrário, a diretoria continuou no trabalho organizativo e de formação política entre os filiados nas comunidades rurais, tornando-se referência de formação política na Região, como descreve o então diretor Harley Spessato.

O sindicato de Beltrão era modelo, participou das oposições que teve na redondeza, fortaleceu a base de sindicatos combativos na Região Sudoeste do Paraná, que passou a ser dividida em duas: micro 1 região de Francisco Beltrão – sindicatos autênticos e; micro 2 região de Pato Branco – sindicatos “pelegos” (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

A partir da influência do sindicato de Francisco Beltrão, surgiram também grupos de oposições na região nos sindicatos dos municípios vizinhos, inclusive saindo-se vencedores nas eleições para diretoria. Observa-se que o município de Pato Branco, um dos mais importantes da região, não fez parte da articulação de oposições e liderava os sindicatos que defendiam o sistema de sindicalismo assistencialista e prestador de serviços. Assim, a região estava dividida entre os sindicatos sob influência de Francisco Beltrão e influência Pato Banco. Nesta divisão, havia duas microrregiões sindicais no Sudoeste do Paraná, conforme relata o então ex-diretor Harley Spessato. “Havia os sindicatos combativos, da microrregião 1, e os sindicatos da microrregião 2, que mantinham o sistema subordinado ao Estado; aqueles sindicato pelegos” no sentido atribuído por Coletti (1996), de sindicalismo ‘pelego’ do campo, atrelados totalmente ao Estado, focados na arrecadação de imposto sindical e prestação de serviços assistenciais.

## DÉCADA DE 1980: RETOMADA DAS GRANDES LUTAS SIDICAIS

A década de 1980 ficou marcada na história de luta dos trabalhadores porque, apesar da ditadura já apresentando sinais de crise e permanecendo até metade da década, havia disposição popular e dos dirigentes sindicais de resistir e lutar, mesmo sujeitos às perseguições, prisões e mortes.

Os pequenos agricultores de Francisco Beltrão foram protagonistas em alguns episódios, utilizando o sindicato como ferramenta em defesa da terra, constituinte, previdência rural, defesa do crédito e contra os altos juros, defesa da suinocultura de pequena escala, entre outras.

A metodologia adotada por esta nova direção baseou-se no tripé organização, mobilização e luta. A organização dos agricultores iniciava-se na base, nas comunidades, com reuniões promovidas pelos diretores, que se desafiaram a dialogar e atuar junto à sua base.

Uma dificuldade identificada tanto para os diretores quanto para os filiados era o deslocamento, mas as lideranças sindicais eram movidas por uma ‘fé’ que motivava a luta e permitia sair do comodismo e “sujar os pés de pó e barro” em defesa das bandeiras de luta.

Outro obstáculo que precisou ser vencido foi a falta de confiança nos diretores do sindicato, pois o mesmo “era mal visto, taxado de tomador de terra, comunista, bagunceiro. A Igreja teve grande participação na mudança de mentalidade, discutia-se nos grupos de família a importância do sindicato” (SUKENSKI, ex-diretora, 2015). Isso retrata os resquícios da má fama da organização dos trabalhadores criada durante a ditadura militar, com ajuda da imprensa local e nacional.

A estratégia utilizada para vencer este obstáculo foi visitar as comunidades rurais, fazendo o ‘corpo a corpo’, visando mudar a concepção dos agricultores quanto ao papel do sindicalismo. Realizavam-se reuniões nas 63 comunidades do município, duas ou três vezes ao ano, reunindo-se em média de vinte a trinta pessoas, dependendo do interesse. “A Igreja apoiava, tanto que, os dirigentes pegavam carona com o padre e depois das missas realizavam as reuniões” (SPESSATO, ex-diretor, 2015). Ainda segundo esse ex-diretor havia a participação dos demais membros da direção e, dessa forma, mostrava-se uma maneira diferente de fazer sindicalismo, pois o poder e ações não se concentravam apenas no presidente, fortalecendo assim o coletivo.

Assim, formou-se na base, em parceria com a ASSESOAR, um novo pensar, libertador, classista e democrático. Para o sindicato possuir essa liberdade e autonomia, necessitaria ser independente do Estado, e por isso o Novo Sindicalismo era contra a obrigatoriedade do imposto sindical. Circe Forlin, então diretora do sindicato, afirma que “os sindicatos rurais da CUT, tinham que ter a capacidade em convencer o agricultor em ser sócio e mostrar o sindicato como ferramenta e não pagar algo obrigado” (FORLIN, ex-diretora, 2015).

Procurava-se atuar no sentido de colocar o sindicato como uma ferramenta de luta dos trabalhadores do campo que não dependia do imposto sindical para sobreviver, mas sim, da contribuição dos sócios. Segundo Harley Spessato, ex-diretor, “enquanto no sindicalismo pelego a diretoria ficava entre o patrão e o associado, para amaciar as pauladas e sempre dizia que era assim mesmo, vai melhorar, mas nunca melhorava” (SPESSATO, ex-diretor 2015).

Spessato ainda afirma sobre a proposta de um sindicalismo combativo:

O Novo Sindicalismo esperava uma organização social que levasse a pessoa ter uma vida melhor no campo. Na nossa época é que tinha crise, o colono não tinha lucro, opção era plantar só milho e feijão preto (...) a solução veio com a instalação da bacia leiteira, que é uma luta do movimento sindical. Hoje Beltrão é forte e foi o que segurou o pequeno agricultor, senão os agricultores estavam na cultura do fumo (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

O trabalho organizativo nas comunidades ganhou mais força com a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, que agregou as grandes lutas dos agricultores, iniciando pela Região Sul e expandindo-se para o Brasil. As grandes mobilizações tomaram conta das rodovias, pontes, avenidas e latifúndios do país. Nesse sentido, Harley Spessato lembra-se das discussões realizadas durante os Congressos que deliberaram pela criação da CUT no início da década de 1980, bem como as diretrizes para um novo sindicalismo.

No início dos anos de 1980, organizamos os trabalhadores sem-terra para a ocupação de uma fazenda. Defendíamos que o movimento dos agricultores fosse mais autônomo, diferenciado dos grandes produtores e lutasse pelo associativismo, fortalecimento do MST, preço justo do porco (se lutou, mas a suinocultura na época foi a falência) (SPESSATO, ex-diretor, 2015).

Nesse depoimento identifica-se relação da luta dos pequenos agricultores e sem-terra contra os grandes proprietários representando o latifúndio e empresários rurais. O MST teve início no Oeste do Paraná, através do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná), em 1981, ocasião da construção da barragem de Itaipu. A Igreja Católica desempenhou um papel importante nesse momento através de algumas lideranças, oriundas da Comissão Pastoral da Terra. Criaram-se movimentos regionais como, por exemplo, o MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná). Um levantamento feito pelos sindicatos combativos na região, em 1982, apontou que 40% dos agricultores no Sudoeste não possuíam terra, o que deu base e fortaleceu a criação do MASTES. Esse foi o primeiro movimento regional a organizar uma ocupação, a Fazenda Imaribo em Mangueirinha.

Quanto à ocupação da fazenda Anoni em Marmeleiro, o movimento sindical de Francisco Beltrão está solidário, pois a organização dos ocupantes fortifica o movimento sem-terra do município de Francisco Beltrão a se organizar e participar da luta. Decidiu-se fazer arrecadações de alimento e entregar aos acampados da Imaribo em Mangueirinha. Definiu-se em participar da mobilização do dia 23 de setembro, em Capanema, uma luta para impedir a construção da barragem no Rio Iguaçu (STR, 1984, p. 25-26).

O trabalho de conscientização política, aliado a visualização pelos filiados dos problemas que assolavam a agricultura, contribuiu para as grandes mobilizações. Harley Spessato (2015) afirma que uma dificuldade para se mobilizar era a comunicação, pois “tinha duas rádios em Beltrão, uma era da oposição e a outra não se envolvia em política”. Para superar essa dificuldade, era preciso ir ao encontro dos trabalhadores, levar informações e trazer demandas, num constante movimento para defesa das bandeiras de luta, como se evidencia na fala de Terezinha Sukenske, ex-diretora do sindicato na época. (2015):

A semana toda na estrada, dia e noite. Fazia uma rodada de reuniões, já mudava a conjuntura, tinha que estar sempre em movimento, não tinha outro meio de comunicação. Nós saímos em até três carros cheios de pessoas, ficava um por comunidade. Fazia-se mutirão com os demais municípios, se trocava dia para fazer reuniões nas comunidades (SUKENSKE, ex-diretora, 2015).

Verificam-se, além do grande movimento, atos de reciprocidade entre os sindicalistas nas ‘trocas de dia’ para realização das reuniões. Luciana Rafagnin (2015), outra ex-diretora do sindicato, aponta também para a reciprocidade dos agricultores em relação à doação feita pelos diretores sindicais.

O trabalho era por amor à camisa. O sindicato não tinha recurso financeiro, a agricultura passava por dificuldade nas décadas de 1980 e 1990, o agricultor não tinha

dinheiro para pagar a passagem, não tinha carro, a gente via o esforço de algumas pessoas que traziam queijo e ovos para vender e conseguir pagar a passagem de volta. Algumas comunidades se organizavam e viabilizavam a participação de representantes (RAFAGNIN, L., ex-diretora, 2015).

A dificuldade financeira era superada pela solidariedade. Zelide Possamai (2015) que também foi diretora do sindicato naquele período, afirma que realizavam-se arrecadações na Igreja, recebiam-se doações espontâneas, faziam-se festas e outros meios. Recorda que a alimentação durante as mobilizações, “era basicamente pão com mortadela e carne moída com arroz”. Ela cita um fato inusitado ocorrido em Curitiba, que ficou para sempre na sua lembrança: “foi o dia em que tivemos que dormir dentro de um cemitério desativado, em cima de túmulo” (POSSAMAI, ex-diretora, 2015).

Terezinha Sukenske (2015) recorda como uma das lutas mais importantes o direito a previdência, em Brasília, onde enfrentaram a cavalaria e cães policiais. Além de permanecer por aproximadamente vinte dias em Brasília, “sem dinheiro para alimentação, arrecadava um sache de farinha de mandioca e comia com água, na verdade nós não sabíamos nem comer (comida típica nordestina)” (SUKENSKE, ex-diretora, 2015). Verifica-se assim, por meio desses depoimentos, as dificuldades vividas durante as lutas, mas demonstram a resistência em defesa dos direitos.

As principais lutas realizadas nesta década, segundo Justino Rafagnin (2015), então presidente do sindicato, foram com relação a terra, crédito e juros altos, defesa da suinocultura de pequena produção e Constituinte. Na luta pela terra, o lema que embalava o movimento era “terra pra quem nela trabalha”, referindo-se a Reforma Agrária, ou seja, distribuição da terra para quem tinha relação com ela e em oposição ao latifúndio.

Muitos conflitos ocorreram, em que de um lado estava o sindicato apoiado pela Igreja e ASSESOAR, e de outro, a UDR (União Democrática Ruralista), composta pelos grandes proprietários de terras que defendiam o latifúndio. Harley Spessato (2015) afirma que “a carga pesada foi com a UDR, seus representantes ameaçavam as lideranças sindicais, ligavam ameaçando de morte, tentando inibir a luta” (SPESSATO, ex-diretor, 2015). Mas as lideranças sindicais comprometidas não se deixaram intimidar e mantiveram-se firmes no apoio as ocupações de terras pertencentes aos latifundiários.

Em discussões ocorridas na direção do sindicato, constatam-se as estratégias adotadas pelo governo, que por meios legais e burocráticos, visava amortecer a luta. Observa-se que o governo adotou o mecanismo de cadastros desestimulando os sem-terra a somarem-se no movimento. Outro fator que desestimulou a luta pela terra foi a repressão efetuada contra grupos populares que demonstravam apoio ao MST.

A luta pela terra é uma luta justa e por ser uma luta organizada, os homens que estão no poder estão temendo, por isso tomaram a iniciativa de que o pessoal sem-terra fizessem o cadastro. Chegou-se à conclusão que o cadastro tem por objetivo desorganizar o movimento, isolar o movimento das demais regiões, se tem claro que o governo quer manter o controle em cima do movimento (...). A nível de Francisco Beltrão



estava se criando um movimento popular de apoio ao MST, mas por causa de alguns caciques da cidade, ameaçaram o grupo e o mesmo se desfez (STR, 1985, p. 30).

Outra luta combativa que o sindicato liderou na década de 1980 foi em favor dos pequenos produtores de suínos. Nesse período houve grande crise no setor, com o preço do quilo da carne para venda abaixo do custo de produção, e suinocultores com baixa produção entraram em falência. O mercado da suinocultura iniciava uma nova fase e dava preferência aos produtores integrados a grande indústria, sendo que pequenos produtores autônomos perdiam espaço no mercado e acabavam encerrando a atividade produtiva. O sindicato se contrapôs nessa situação e organizou mobilizações:

(...) trancando as ruas, uma semana na estrada, vinha pra casa tirar leite, arrumava a casa, pegava o ônibus de manhã, fazia 3 km a pé e retornava para a mobilização. Sofremos repressão, a cavalaria do exército acabou com o manifesto, mas ninguém se feriu. Parecia “uma guerra”, mas nós agricultores não tínhamos uma ripa para se defender, só uma sacolinha tipo de pescador, com umas bolachas e garrafa de água (SUKENSKE, ex-diretora, 2015).

As mobilizações contra a subordinação da agricultura ao capital industrial foram válidas e serviram para firmar o sindicato como instrumento de luta. No entanto, não foram suficientes para impedir o domínio do capital sobre a agricultura. Nesse período milhares de suinocultores de Francisco Beltrão e região foram excluídos da atividade e alguns até se desfizeram de suas terras migrando para centros urbanos.

Nesse contexto de lutas diversas, durante a discussão da Constituinte (1986 – 1988), a classe trabalhadora precisou lutar para garantir direitos e unificar os sindicatos urbanos e rurais que, centralizados na CUT, uniram pautas de reivindicação, articulação e mobilização dos trabalhadores brasileiros.

O Brasil nesta década passava por profundas transformações, pois o governo ditatorial entrava em crise (1983) e os movimentos de esquerda, dentre outros, realizavam campanhas de “diretas já”, reivindicando um governo eleito pelo voto popular. Entretanto, a proposta das “diretas já” foi sufocada pela direita<sup>1</sup> e a elite política dominante. O Quadro 1 demonstra diferenças gerais de projetos defendidos por ambas. A esquerda defende os direitos dos trabalhadores, enquanto a direita defende os interesses da classe dominante.

Quadro 1: Projeto da esquerda e direita

Esquerda	Direita
Transformação social	Continuidade
Luta contra o status quo	Manutenção do status quo
Anticapitalista/Reformistas	Pró-capitalismo/mercado
Igualdade/distribuição de renda	Igualdade formal de direitos/ desigualdade econômica

Fonte: LIMA, 2009, p. 88

1 Os termos ‘direita’ e ‘esquerda’ têm origem na Revolução Francesa de 1789, onde durante a Assembleia Nacional os defensores do rei sentaram à direita e os adeptos da revolução sentaram-se a esquerda.

Observa-se que a direção do STR de Beltrão tinha bem presente a questão conjuntural e estrutural em que se encontrava o país e as assembleias sindicais e reuniões da direção faziam este debate, conforme se identifica a seguir:

A Nova República não trouxe mudanças a que viesse beneficiar a classe trabalhadora; as forças armadas estão no mesmo ritmo; a liberdade no meio de comunicação social é uma farsa; a Nova República denuncia, mas não pune, serve para acalmar o povo, para dar esperança; existem algumas concessões na área da política, mas na área econômica não mudou e não vai mudar a partir deles (homens do poder), só quando os trabalhadores tomarem a consciência e estiverem organizados; a Nova República foi um projeto da burguesia, a saída é quando os trabalhadores realmente participarem das decisões. Discutiu-se sobre a Constituinte e lamentou-se que sua formulação fosse feita pelo Congresso. Apontou-se para que a classe trabalhadora elegeisse candidatos comprometidos com as causas dos trabalhadores (STR, 1985, p. 31).

Esse debate faz referência a um Brasil em transição que saía da ditadura e iniciava um processo de democracia em meados da década de 1980. Mas verifica-se que os sindicalistas entendiam a Nova República como um projeto da classe dominante. Há, por exemplo, consonância entre os discursos dos sindicalistas do STR de Francisco Beltrão com a proposta defendida pela CUT no que se refere à convocação da nova Constituinte. Essa afinidade de pensamentos contribuiu para que a direção do sindicato orientasse a filiação a CUT (STR, 1985, p. 31) na Assembleia Geral Ordinária, o que ocorreu em 1986.

O posicionamento defendido pela CUT, bem como por outros movimentos e partidos de esquerda, era da formação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva, formada unicamente para produzir o texto constitucional. Já a burguesia e setores conservadores defendiam uma Constituinte Congressual, em que os parlamentares eleitos em 1986 elaborariam a Constituição.

O ano de 1985 foi marcado profundamente pelo debate político sob a forma de convocação da Constituinte. Duas teses se confrontavam de modo radical. De um lado, a maioria das entidades representativas – sindicatos (especialmente os ligados à CUT), associações de moradores, movimento de negros, movimento feminista, movimento indígena, Ordem dos Advogados do Brasil, Igreja Católica, setores “progressistas” das Igrejas Evangélicas, setores do empresariado, partidos de esquerda reconhecidos legalmente (PT e PDT), além de setores do PMDB, etc. – defendia uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, isto é, convocada com a tarefa única de produzir o texto constitucional, dissolvendo-se após cumprir essa função. Do outro lado estavam a maioria da burguesia, as Forças Armadas, setores do sindicalismo (especialmente os ligados à Conclat), o Governo Federal e a maioria parlamentar dos partidos que constituíam a sua base de sustentação, e defendiam uma Constituinte Congressual, isto é, um Congresso Nacional, a ser eleito em 1986, com atribuição e poderes para elaborar a Constituição (LIMA, 2009, p. 57-58).

Apesar de todo o esforço desempenhado pelo movimento dos trabalhadores, infelizmente venceu a proposta defendida pela burguesia e no ano de 1986 foi eleito o Congresso

Nacional que formulou a Constituição brasileira de 1988. O Congresso foi bem representativo em termos de interesses da elite burguesa, a qual investiu no financiamento de campanha para eleger congressistas que representassem seus interesses, ou seja, a “defesa da livre iniciativa e reforma agrária só em terras improdutivas” (LIMA, 2009, p. 73).

Nesse contexto constituinte, a UDR se esforçou para colocar seus representantes no Congresso.

[...] realizou uma série de leilões de gado, cuja soma arrecadada daria condições para eleger sessenta representantes, pelo cálculo da época. Organizada em grande parte do Brasil, a UDR esperava eleger pelo menos cinquenta constituintes [...] (LIMA, 2009, p. 77-78).

Os movimentos de esquerda apesar de todo o esforço, obtiveram um número menor de congressistas eleitos comprometidos com a classe trabalhadora, sendo que a direita garantiu representação majoritária e tiveram suas propostas aprovadas sem dificuldades. Já as propostas da esquerda eram derrotadas.

As emendas acabavam não atingindo o quórum, ou eram derrotadas. Exemplo disso foi a tentativa, por parte de Edmilson Valentim (PCdoB - RJ) e Brandão Monteiro (PDT - RJ), de reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, e de Lula (PT - SP) de aprovar uma emenda supressiva que restaurava a estabilidade no emprego; ambas as emendas foram derrotadas. A mesma coisa ocorreria com as emendas relativas à reforma agrária (LIMA, 2009, p. 292).

Segundo Lima (2009), apesar de inúmeras derrotas, o resultado da Constituinte ainda foi positivo para a esquerda e aos trabalhadores com a conquista de vários direitos como a aposentadoria especial para os pequenos agricultores. Mas, não houve mudanças estruturais como o avanço da proposta de reforma agrária, tributária, política, dentre outras.

Na nossa avaliação, aos setores à esquerda deve ser atribuído o que há de popular e avançado, no sentido de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, na Constituição. Como mostramos na descrição do processo, partiu da esquerda a busca de aproximação entre o processo de escritura da Constituição e a participação popular. Exemplo disso foram as audiências públicas, o deslocamento de subcomissões para os estados e a luta pelas emendas populares 215. Igualmente, foi das forças à esquerda a iniciativa quanto aos direitos dos trabalhadores. Também em relação aos direitos individuais, a contribuição dos parlamentares à esquerda, a mobilização das entidades populares e as lutas reivindicativas foram fundamentais. No entanto, no tocante às linhas mestras da defesa da ordem, a unidade burguesa, aliada à compra de votos, à pressão do governo militar às vésperas das votações (com pronunciamentos de ministros e altas patentes das Forças Armadas e movimentação de tropas), conseguiu aprovar, ou melhor, conseguiu manter de forma intacta o aparelho repressivo do Estado, inclusive com a destinação das Forças Armadas à defesa da ordem interna (LIMA, 2009, p. 306).

A aprovação da Constituição de 1988 ficou longe dos sonhos da classe trabalhadora, mas marcou o período com o enfrentamento de classes. A CUT mostrou o porquê da sua criação e foi até o fim defendendo os interesses discutidos e aprovados nas suas assembleias (municipais, regionais, estaduais e nacional).

No campo, uma das conquistas dos trabalhadores rurais foi a Previdência Rural, que garantiu o direito de seguro especial aos agricultores. Em 1992, no governo Collor, foi efetivada a aposentadoria rural de um salário mínimo, tanto para o homem quanto para a mulher, bem como reduzido o limite da aposentadoria por idade, sendo 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher.

Nesse contexto de luta previdenciária, o STR de Francisco Beltrão se destacou na defesa do direito das mulheres, pois alinhado numa estratégia nacional e regional, o sindicato desenvolveu um importante trabalho organizativo das mulheres, despertando-as para o protagonismo feminino e lutas sociais.

Outra luta responsável pelo fortalecimento da organização sindical foi a mobilização em defesa de um crédito diferenciado para a pequena agricultura, que vinha sendo penalizada pelo modelo excludente implantado com a modernização da agricultura. Os juros bancários elevados e a inflação descontrolada, acima dos 30% ao ano, não permitiam renda aos pequenos agricultores, fazendo com que se endividassem cada vez mais. Nesse sentido, o entendimento do sindicato era de que havia-se de combater o modelo de 'modernização' da agricultura. Segundo Justino Rafagnin (2015), ex-diretor do sindicato naquele momento "as lutas sindicais acompanham os ciclos da agricultura, cria-se resistência e instrumentos para resistir em seu ideal, mas chega sempre atrasado." Exemplifica citando que, enquanto "o assistencialismo era prioridade para os sindicatos nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde já tinha tomado conta do campo e sufocava os agricultores". Esta afirmação nos remete para uma reflexão de que o sindicalismo precisa se antecipar às consequências provocadas por este sistema excludente e opressor.

A unificação da luta em defesa do crédito ocorreu no interior das instâncias da CUT, que em assembleia regional para tratar da estiagem que atingia a região Sul do Brasil naquele momento, entendeu que esta "não era um problema individual dos agricultores, mas sim, de grande parte da Região Sul. A partir da Assembleia iniciaram-se os bloqueios de Bancos. Esta atitude dos trabalhadores foi importante, pois crescemos na consciência" (STR, 1986, p.33). Esta pauta foi motivo de inúmeras ocupações de bancos (chegando a ficarem fechados por 15 dias consecutivos), fechamento de rodovias e pontes, marchas em Brasília, dentre outros manifestos (RAFAGNIN, J., ex-diretor, 2015). Nesse sentido complementa outro ex-diretor, "fechar o banco era fácil, vinham caravanas de todas as comunidades, enchia de gente. Fizemos muitos bloqueios em Brasília, Curitiba, reivindicando diferentes acessos e melhores condições de vida" (SPESATO, ex-diretor, 2015).

Ainda em 1986, o governo anunciou um novo pacote agrícola, que não atendia aos pequenos agricultores e dirigentes sindicais.

Sobre os pacotinhos que estão saindo, como é o caso do Pacote Agrícola, vai ter maior produção, beneficiando a burguesia, esta produtividade é decorrente de uma maior

aplicação de insumos, como também maior investimentos (modernização dos implementos agrícolas), que para o pequeno produtor isso significará ele financiando correrá muitos riscos de perder sua terra. Conclusão, nos próximos anos, terá um aumento do êxodo rural e aumento da concentração de terra (STR, 1986, p. 40).

A compreensão dos diretores sindicais de Francisco Beltrão estavam em sintonia com a proposta defendida pelos sindicatos rurais da CUT, com base na Região Sul, ou seja, entendiam que a política agrícola do governo beneficiava os grandes proprietários e excluía os pequenos agricultores. Os sindicalistas defendiam um programa que valorizasse a pequena produção, com crédito facilitado, juros subsidiados e seguro da produção. Essas reivindicações continuaram em pauta até início de 1990, vindo a se concretizar em política em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), instituído em 1996.

A década de 1980 foi importante não só porque se desencadearam lutas e conquistas para o movimento sindical, mas também porque despertou nas lideranças a consciência de luta de natureza classista. Verifica-se nas Atas de reuniões da direção do STR de Francisco Beltrão, a percepção dos diretores quanto à necessidade de lutar em defesa da classe dos trabalhadores e para isso apontam como estratégia a constante formação política e organização:

O sindicato é uma ferramenta de reivindicação, conscientização. A classe trabalhadora precisa assumir a luta da organização, pois através da formação e organização se consegue alcançar êxito nas reivindicações. O fortalecimento da consciência é papel fundamental dos sindicatos, pois quando os trabalhadores entender que estamos vivendo numa sociedade de explorados e exploradores conseguirão perceber que se precisa uma sociedade igualitária (STR, 1986, p. 40-41).

Nesta perspectiva de formação, o STR de Francisco Beltrão investiu na criação de uma Escola Sindical no ano de 1989, como registrado em ata: “formaremos seis turmas de alunos com duas etapas de estudo e as turmas serão maiores de 15 alunos cada” (STR, 1989, p. 48). Isso significou a formação de aproximadamente 100 lideranças por ano, que contribuiriam nas lutas sindicais ocupando espaços públicos no âmbito regional, estadual e nacional em diferentes instâncias do âmbito sindical.

Nas instâncias da CUT Regional Justino faz parte da secretaria de políticas sociais; Luiz é um dos coordenadores da comissão de política agrícola e do Departamento dos Trabalhadores Rurais da Região, faz parte da executiva do Departamento estadual e secretário do DESER; Ademir participa do coletivo de formação regional; Luciana coordena trabalho de organização das mulheres agricultoras e faz parte da comissão estadual; Adelmo secretário da secretaria de políticas sociais da CUT nacional e secretário geral do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais” (STR, 1990, p. 54-55).

Outra questão que se destacou foi o trabalho de organização e participação das mulheres. Além da conquista da regularização da documentação pessoal, que possibilitou



o reconhecimento da profissão de agricultora, as mulheres aos poucos conquistaram importantes espaços. A Sra. Zelide Possamai foi a primeira mulher eleita presidente do STR de Francisco Beltrão, no início da década de 1990, permanecendo por dois mandatos (1993 a 2000). Posteriormente foi sucedida por mais três mulheres na presidência: Terezinha Sukenske (2000 a 2007), Daniela Celupi (2007 a 2013) e Cristiele Steinbach (2013 a 2017). Destaca-se ainda a participação da mulher na política eleitoral, com a eleição de Daniela Celupi como vereadora em 2012, reeleita em 2016; Luciana Rafagnin foi eleita por dois mandatos como vereadora (1992 a 2000), vindo a ser eleita posteriormente em 2002 como Deputada Estadual, permanecendo no cargo até 2014.

Atualmente, após o golpe institucional ocorrido em 2016 que destituiu a Presidente Dilma Rousseff, vários direitos dos trabalhadores estão ameaçados. No final de 2016, o Congresso Nacional aprovou a PEC 55 – Projeto de Emenda à Constituição, do governo Michel Temer, que prevê o congelamento em gastos primários, como saúde, educação, segurança e transporte, por 20 anos, além da Reforma da Previdência. Se aprovada, a proposta do governo trará retrocessos para os trabalhadores e as conquistas obtidas na Constituição de 1988, como por exemplo, o direito de segurado especial para pequenos agricultores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificando a trajetória do STR de Francisco Beltrão e comparando com os demais sindicatos do campo filiados à CUT, pode-se afirmar que o sindicalismo rural brasileiro passou por três momentos na história, estando atualmente em processo de transição para um quarto momento.

O primeiro momento foi da criação e atrelamento ao Estado, focado na prestação de serviços. O segundo relaciona-se as oposições sindicais e a atuação combativa frente aos problemas que afetavam os trabalhadores. O terceiro identifica-se após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, considerado um governo popular e conciliador das classes dos trabalhadores e patrões. O governo atendeu demandas da agricultura familiar, principalmente avançando em políticas sociais. Destaca-se o fortalecimento do PRONAF, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), dentre outros. Os sindicatos base da FETRAF Sul/CUT, se destacaram na execução do programa de habitação, criaram a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), executando projeto de mais de 35 mil casas na área rural. Ao STR de Francisco Beltrão coube 369 casas, entre 2005 a 2013. O projeto *Caprichando a Morada* ganhou prêmios, inclusive das Organizações das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento ao serviço social prestado. As lutas nesse período foram pontuais para fortalecer e destravar tais programas. Embora inegáveis os consideráveis avanços nesse período, houve acomodação do movimento sindical e não se continuou o enfrentamento com a classe dominante, para a realização

de reformas estruturais, como por exemplo, a reforma agrária. Infelizmente, o PNCF não resolveu o problema de milhões de famílias sem-terra e o latifúndio continuou avançando.

Após o golpe institucional que destituiu a Presidente Dilma Rousseff em 2016, a ofensiva da classe dominante sobre os trabalhadores foi drástica. As políticas sociais criadas nos governos Lula e Dilma estão todas comprometidas. Enquanto isso, o governo articula para aprovar a reforma da previdência, já aprovou a reforma trabalhista, a venda de terras brasileiras para o capital estrangeiro, está leiloando estatais, e cometendo inúmeros desmandos contra a classe trabalhadora, como a revisão de portaria que caracteriza o trabalho análogo à escravidão.

O movimento sindical, urbano e rural não está inerte em meio a estas ofensivas e realizou vários enfrentamentos de resistência em conjunto com demais movimentos sociais de esquerda. Todavia, está encontrando dificuldades na mobilização massiva dos trabalhadores, competindo com a manipulação da mídia e com movimentos reacionários de extrema direita. Há o reconhecimento de dirigentes sindicais, que um dos erros cometidos nas últimas décadas foi a falta de formação política dos trabalhadores. Essa, talvez, seja a causa do comodismo que dificulta a retomada das grandes mobilizações, como as que ocorreram na década de 1980.

Verifica-se agora a transição para o quarto momento, quando a FETRAF PR coloca em seu plano de trabalho de 2017 a retomada urgente da formação política, iniciando com os dirigentes sindicais e estendendo as comunidades rurais.

O principal desafio da atual direção do STR de Francisco Beltrão, assim como das demais direções dos sindicatos, é voltar a fazer o debate de organização de classe, realizando um trabalho formativo permanente junto às comunidades. O projeto da classe trabalhadora deve ir além de eleger um governo popular. Os acontecimentos recentes comprovam que isto, por si só, não garante as conquistas dos trabalhadores. É necessário continuar organizado para o enfrentamento com a classe dominante e visar aprovar reformas estruturantes em favor dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.H.T. de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. Em: SORJ, B.; ALMEIDA, MHT. (Orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

ASSESOAR. Disponível em: <[http://assesoar.org.br/?page\\_id=25](http://assesoar.org.br/?page_id=25)> Acesso em: 13 fev. 2016.

BOSENBECKER, L. **Cartilha da Agricultura Familiar**: Terceiro Congresso da FETRAF Sul/CUT. Agricultura Familiar - alimento e vida para o Brasil. Erechim: Conexão Assessoria e Publicidade, 2010.

BRASIL. Lei complementar n. 11, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm)> Acesso em: 16 fev. 2016.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

FETRAF BRASIL. **Construindo um sindicalismo forte e de luta**. Brasília, 2014.

- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Ed. USC, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LIMA, L.P.M. de. **A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988**. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Seven/Downloads/atuacao\_esquerda\_luziano.pdf.> Acesso em: 18 fev. 2016.
- OLIVEIRA, A.U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.
- MARTINS, J.S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC. 1977.
- \_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil. Terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: HUCITEC. 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes. 1990.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC. 1994.
- STR. **Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 1963. Francisco Beltrão. Ata n.1, p.1.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 1963/1964. Francisco Beltrão. Atas n. 5, p. 5; n. 11, p. 11; n. 12, p.12.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1964, 1965 e 1968. Atas n. 20, p. 20; n. 32, p. 32; n. 60, p. 60.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 1964/1965. Francisco Beltrão. Atas n. 20, p.15; n. 24, p. 17.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 1966a. Francisco Beltrão. Atas n. 34, n. 35, n. 36, n. 38. p. 34; 38.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão.1966b. Ata n. 44, p. 44.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1967. Francisco Beltrão. Ata n. 50. p. 50.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1968. Francisco Beltrão. Atas n. 61, p. 61; n. 62, p. 62.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1971. Francisco Beltrão. Ata n. 89; p. 89.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1978. Francisco Beltrão. Ata n. 1. p. 1.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1979a. Francisco Beltrão. Ata n. 9, p. 9.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1979b. Francisco Beltrão. Ata n. 11. p. 11.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1984. Francisco Beltrão. Ata n. 24. p. 24, 26.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1985. Francisco Beltrão. Ata n. 35. p. 30, 31.
- STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. Francisco Beltrão. 1986. Francisco Beltrão. Ata n. 35. p. 32, 33, 40, 41.

STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.** Francisco Beltrão. 1989. Francisco Beltrão. Ata n. 41. p. 48.

STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.** Francisco Beltrão. 1990. Francisco Beltrão. Ata n. 47. p. 54, 55.

STR. **Reunião da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.** Francisco Beltrão. 1994. Francisco Beltrão. Ata n. 52. p. 66, 67.

## ENTREVISTAS

### Diretores (as):

FORLIN, Circe Rodrigues P. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão

MEURER, Daniel. Primeiro diretor pres. da ASSESOAR

PIRIN, Luiz. Diretor atual, STR Francisco Beltrão

POSSAMAI, Zelide C. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão

RAFAGNIN, Justino. Ex-diretor, STR Francisco Beltrão

RAFAGNIN, Luciana G. Ex-diretora, STR Francisco Beltrão

SPESSATO, Harley. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão

SUKENSKE, Terezinha. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão

Data de submissão: 18/02/2017

Data de aceite: 26/10/2017